

► MUNICÍPIO DE AMARANTE

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2017



Município de
Amarante

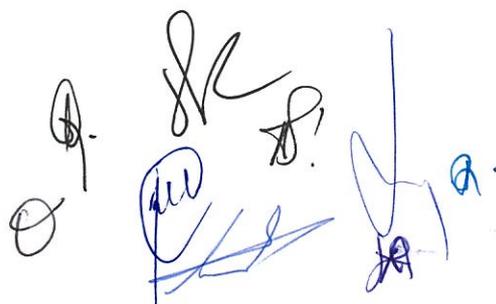
ALAMEDA TEIXEIRA DE PASCOAES
4600-011 AMARANTE

WWW.CM-AMARANTE.PT
geral@cm-amarante.pt

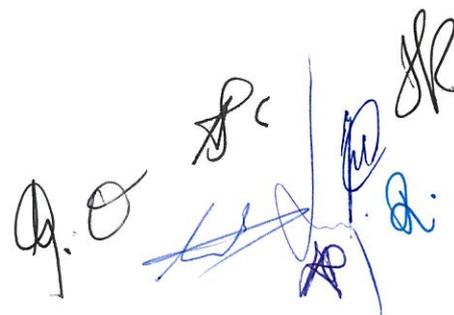
ÍNDICE

Mensagem do Presidente

Documentos de Prestação de Contas de 2017

A collection of handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature, a signature with a circled initial, and several other distinct signatures.

I.MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
II. RELATÓRIO DE GESTÃO	6
1.INTRODUÇÃO	6
2.ANÁLISE ORÇAMENTAL	7
3.ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	24
4.PROPOSTA DA APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	26
5.FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DE EXERCÍCIO	26
III. MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA	28
IV. Mapa do Controlo Orçamental da Despesa	28
V. Execução Anual do plano plurianual de investimentos	28
VI. Mapa dos Fluxos de Caixa	28
VII. Mapa das Operações de Tesouraria	28
VIII. Balanço e Demonstração de Resultados	28
IX - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	29
CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	29
NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	32
NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO	42
X. MAPA DE BENS DO MUNICÍPIO	42
XI. DECLARAÇÕES DO ARTIGO 15º DA LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO	43
XII. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43





I. MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Relatório de Gestão, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, cumprindo o determinado no ponto 13 do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade Local), reflete a Execução do Orçamento do Município de Amarante no ano de 2017.

Este Relatório evidencia os resultados da execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, nomeadamente do Plano Plurianual de Investimentos, e concretiza, ainda, as alterações patrimoniais e os resultados económicos atingidos.

No que respeita a resultados, sejam orçamentais ou patrimoniais, o ano financeiro de 2017 revela-se francamente positivo.

A execução dos Documentos Previsionais de 2017 cumpre o Princípio do Equilíbrio Orçamental, confirmado no ponto 3.1.1 do POCAL, que estabelece que o orçamento deve antever os recursos indispensáveis para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser, pelo menos, iguais às despesas correntes.

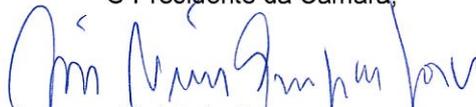
A contínua diminuição dos recursos financeiros não nos impediu de honrarmos os nossos compromissos, sem qualquer dificuldade perante a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.

Com o presente documento se demonstra, também, a nossa opção por uma gestão rigorosa e ponderada.

Estamos, portanto, na presença de um relatório que reflete um exercício da atividade municipal marcada por uma gestão responsável, transparente e cumpridora.

Paços do Município de Amarante, 12 de abril de 2018.

O Presidente da Câmara,



José Luís Gaspar Jorge

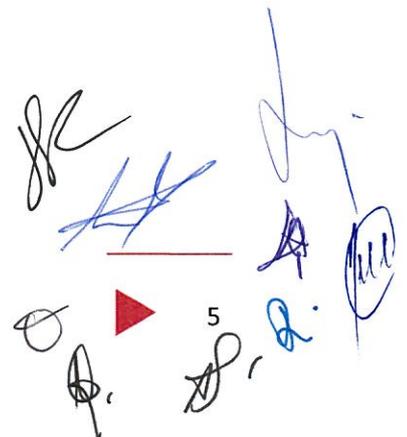


4





Município de Amarante
Telefone: +351 255 420200
Fax: +351 255 420 201
Endereço Internet: <http://www.cm-amarante.pt>
Endereço email: geral@cm-amarante.pt



Handwritten signatures and stamps in blue ink. Includes a red triangle graphic, the number 5, and a circular stamp.



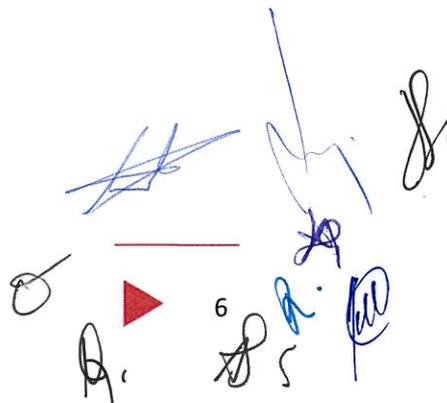
II. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. INTRODUÇÃO

O relatório que ora se apresenta resulta das disposições constantes do artigo 76º, n.º.1 do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI)¹ e ponto 13 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais = POCAL).

Com ele pretende-se fazer uma análise das vertentes orçamental e patrimonial das contas do Município de Amarante relativas ao ano financeiro de 2017 e, bem assim, da sua evolução face aos últimos exercícios económicos.

¹ Aprovada pela Lei n.º.73/2013, de 3 de setembro, revista



Handwritten signatures and stamps in blue ink, including a red triangle stamp and the number 6.

2. ANÁLISE ORÇAMENTAL

2.1. Execução das GOP's

Enumeram-se algumas das ações e projetos constantes das Grandes Opções do Plano (GOP's) realizados durante o ano findo:

O Objetivo da Dinamização e Coesão Social absorveu 3% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 505.538 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Subsídio ao arrendamento;
- Fundo Municipal de Emergência Social;
- Centro de Informação Autárquico ao Consumidor (CIAC);
- Clube de férias de Amarante;
- Dinamização da Rede Social;
- Atividades no âmbito da CPCJ.

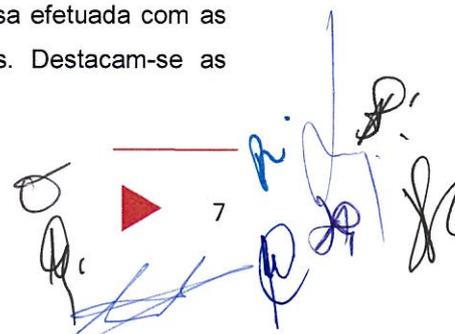
O Objetivo da Educação absorveu 10% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 1.864.160 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Transportes escolares;
- Protocolos com atividades parceiras;
- Projetos para edifícios escolares;
- Apoio na aquisição de material escolar a alunos carenciados;
- Educação alimentar/Incentivo ao Consumo de fruta.

O Objetivo da Coesão Territorial absorveu 41% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 7.929.250 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia;
- Arranjos e Reparações em Vias Municipais;
- Apoio às Associações do Município em ações correntes e projetos de investimento.

O Objetivo da Economia, Inovação e Emprego absorveu 3% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 493.451 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

Handwritten signatures in blue ink, a red triangle symbol, and the number 7.



- Participação em iniciativas de Dinamização do Comércio Tradicional;
- Realização de projetos e iniciativas no âmbito do empreendedorismo;
- Medidas de apoio ao emprego;

O Objetivo do Turismo absorveu 2% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 386.073 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Atividades promocionais e imagem institucional do Município;
- Realização de atividades de dinamização e promoção turísticas;

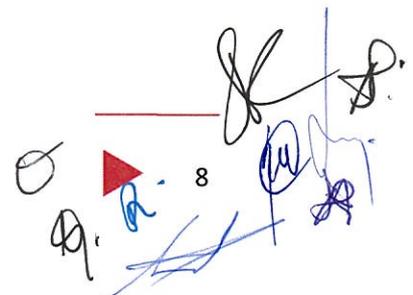
O Objetivo da Cultura absorveu 10% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 1.873.313 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Realização do Prémio de Poesia Teixeira de Pascoaes;
- Realização de atividades culturais;
- Apoio às Associações do Município em Atividades Correntes;
- Projeto de Recuperação do Solar dos Magalhães;
- Projeto de Recuperação do Cine-Teatro de Amarante.

O Objetivo da Juventude e Desporto absorveu 8% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 1.557.839 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Programa de apoio ao Voluntariado Jovem;
- Realização de iniciativas no âmbito da Juventude;
- Ações correntes no âmbito do ensino e apoio das atividades desportivas;
- Apoio às associações do Município em ações correntes;
- Apoio às associações do Município em investimentos;
- Programa Preocupa-te;
- Ampliações e reparações em recintos desportivos;

O Objetivo do Ordenamento do Território e Reabilitação Urbana absorveu 6% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 1.231.342 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:



Handwritten signature and stamp in blue ink, including a red triangle logo and the number 8.



- Conclusão da Revisão do PDM;
- Obra do sistema viário de Vila Meã;
- Elaboração de estudos de Delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU);

O Objetivo do Ambiente absorveu 5% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 930.808 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Construção de abrigo de animais;
- Tratamento dos resíduos sólidos domésticos;
- Arranjo Jardim Baden-Powell;

O Objetivo da Segurança e Ordem Públicas absorveu 5% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 1.083.191 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Participação nas equipas de Intervenção Permanente;
- Participações em ações correntes – Bombeiros;
- Construção, manutenção ou reabilitação de diversos muros e/ou caminhos florestais;

O Objetivo da Governância da Câmara absorveu 7% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 1.395.418 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Aquisição, instalação e manutenção de equipamento informático;
- Realização de estudos e trabalhos de consultadoria;
- Assistência técnica de equipamentos;
- Formação e capacitação da CMA;
- Realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal.

No ano de 2017, e em termos orçamentais, a execução financeira da receita 85,3% e a execução da despesa foi, em termos financeiros de 92% e de 98% em termos de lançamento de obras.

Assim, tendo em conta o programa do Executivo para 2017, apesar dos desvios financeiros em termos absolutos, as grandes opções do plano para 2017 foram conseguidas pois constata-se que, em termos relativos, os valores obtidos foram aproximados aos propostos.

Quadro nº.1

Execução Orçamental das GOP's por Objetivos Estratégicos

DESTINO	Montante Previsto	Montante Executado	Execução Financeira %	Peso relativo executado %	Peso relativo previsto %
Dinamização e Coesão Social	660.895,00	505.537,98	76,49%	2,63%	3,03%
Educação	1.979.981,00	1.864.160,22	94,15%	9,68%	9,07%
Coesão Territorial	8.541.396,00	7.929.249,73	92,83%	41,19%	39,13%
Economia, Inovação e Emprego	576.451,00	493.451,25	85,60%	2,56%	2,64%
Turismo	595.721,00	386.072,70	64,81%	2,01%	2,73%
Cultura	2.272.077,00	1.873.312,60	82,45%	9,73%	10,41%
Juventude e Desporto	1.805.068,00	1.557.838,84	86,30%	8,09%	8,27%
Ordenamento do Território e Reabilitação Urbana	1.411.837,00	1.231.342,30	87,22%	6,40%	6,47%
Ambiente	1.061.428,00	930.807,88	87,69%	4,84%	4,86%
Segurança e Ordem Públicas	1.121.420,00	1.083.191,37	96,59%	5,63%	5,14%
Governância da Câmara	1.804.491,00	1.395.417,76	77,33%	7,25%	8,27%
TOTAL	21.830.765,00	19.250.382,63	88,18%	100,00%	100,00%



2.2 Análise orçamental

Analisando globalmente os documentos referentes à contabilidade orçamental, e referidos ao orçamento final, verificamos que no ano 2017, o orçamento registou uma taxa de execução global da receita cobrada bruta de 85% e uma taxa de execução global da despesa de 91,7%.

Quadro nº.2
Síntese da Execução Orçamental

(Un.: euros)

Designação	Orçada	Executada	Saldo	% Execução
Receita	38.070.479,00	32.467.140,87	5.603.338,13	85%
Despesa	38.070.479,00	34.901.363,32	3.169.115,68	92%

No campo das receitas verificamos que a sua cobrança foi a descrita no quadro seguinte:

Quadro nº.3
Síntese da Execução Orçamental da Receita Cobrada Bruta

(Un.: euros)

Designação	Orçada	Executada	Saldo	% Execução
Corrente	26.098.558,00	24.672.293,18	1.426.264,82	95%
Capital	7.866.703,00	7.792.100,97	74.602,03	99%
Outras Receitas	4.105.218,00	2.746,72	4.102.471,28	0%
Total	38.070.479,00	32.467.140,87	5.603.338,13	85%

Pela análise do quadro constatamos que:

- a arrecadação das receitas correntes foi de 24.672.293 euros, o que corresponde a uma taxa de execução de 95% face ao orçamento atual;
- a arrecadação das receitas de capital registou um desempenho mais eficaz, tendo-se cobrado 7.792.101 euros, o que representa uma taxa de execução de 99%.

No que respeita aos agregados da despesa verificamos que estes apresentam um desempenho similar ao ocorrido com as receitas:

- as despesas correntes, no montante de 21.242.398 euros, registaram uma taxa de execução de 92%
- as despesas de capital apresentam uma taxa de realização de 91%.

11



Quadro nº.4
Síntese da Execução Orçamental da Despesa

(Un.: euros)

Designação	Orçada	Executada	Saldo	% Execução
Corrente	23.107.746,00	21.242.397,97	1.865.348,03	92%
Capital	14.962.733,00	13.658.965,35	1.303.767,65	91%
Total	38.070.479,00	34.901.363,32	3.169.115,68	92%

Analisando os movimentos financeiros realizados na gerência de 2017, vemos que as entradas de fundos ascenderam a 36.143.777,13 euros, dos quais 32.467.140,87 euros têm origem em receitas orçamentais e 3.676.636,26 euros são provenientes de Operações de Tesouraria.

Considerando que a despesa global paga totalizou 38.328.497,88 euros, e a existência de um saldo inicial de 5.806.750,94 euros, o saldo a transitar para a gerência seguinte será no valor de 3.621.580,19 euros.

Quadro nº. 5
Resumo dos Fluxos de Caixa

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
Saldo transitado de 2016	4.503.688,65	1.303.062,29	5.806.750,94
Receitas cobradas	32.467.140,87	3.676.636,26	36.143.777,13
Despesas pagas	34.901.363,32	3.427.584,56	38.328.947,88
Saldo a transitar para 2018	2.069.466,20	1.552.113,99	3.621.580,19

12



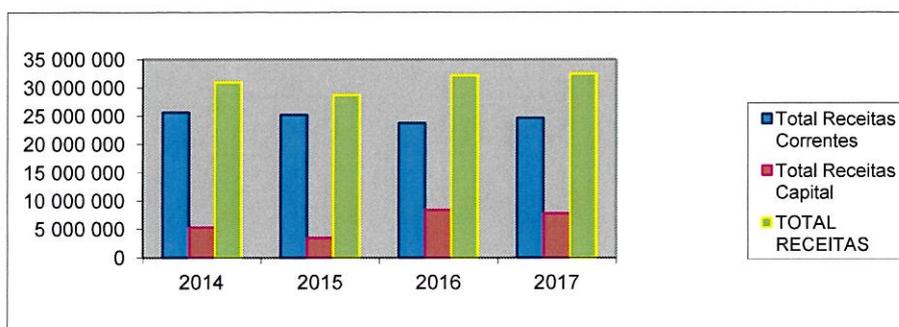
2.2.1 RECEITAS

Quadro nº. 6
Evolução da Receita Cobrada Bruta por Classificação Económica

(Un.: euros)

Cód.	Designação	2014		2015		2016		2017	
		Valor	Peso %						
01	Impostos Diretos	5.579.898	18,0%	5.598.400	19,5%	5.488.678	17,0%	5.997.620	18,5%
02	Impostos Indiretos	212.187	0,7%	212.490	0,7%	134.763	0,4%	74.599	0,2%
04	Taxas Multas Outras Penalidades	1.032.112	3,3%	548.137	1,9%	335.854	1,0%	440.145	1,4%
05	Rendimentos de Propriedade	1.614.206	5,2%	1.745.317	6,1%	1.569.753	4,9%	1.518.497	4,7%
06	Transferências Correntes	13.809.481	44,6%	14.797.419	51,6%	14.453.390	44,9%	14.926.704	46,0%
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	3.276.522	10,6%	1.833.321	6,4%	1.701.707	5,3%	1.630.500	5,0%
08	Outras Receitas Correntes	96.897	0,3%	474.755	1,7%	82.575	0,3%	84.228	0,3%
	Total Receitas Correntes	25.621.303	82,8%	25.209.839	87,9%	23.766.722	73,8%	24.672.293	76,0%
09	Venda de Bens de Investimento	59.050	0,2%	7.591	0,0%	3.618	0,0%	620	0,0%
10	Transferências de Capital	5.251.591	17,0%	2.933.020	10,2%	3.348.144	10,4%	3.290.223	10,1%
11	Activos Financeiros	0		0		0		0	
12	Passivos Financeiros	0	0,0%	500.000	1,7%	2.355.670	7,3%	3.576.601	11,0%
13	Outras Receitas de Capital	2.283	0,0%	13.604	0,0%	2.745.044	8,5%	927.404	2,9%
	Total Receitas Capital	5.312.924	17,2%	3.454.215	12,1%	8.452.476	26,2%	7.794.848	24,0%
	Total das Receitas	30.934.227	100,0%	28.664.054	100,0%	32.219.198	100,0%	32.467.141	100,0%

*Inclui rubricas com os códigos 14 a 19



As receitas totais atingiram o montante de 32.467.141 euros, o que significou um aumento de 247.943 euros (1%), relativamente ao ano anterior.

As receitas correntes atingiram o montante de 24.672.293 euros e foram alimentadas sobretudo pelos impostos diretos, os rendimentos de propriedade, transferências correntes do Orçamento do Estado e pela venda de bens e prestação de serviços. As transferências correntes, no montante de 14.926.704 euros, representaram 60% do total das receitas correntes e respeitam, principalmente, às verbas correntes do Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e participação fixa no IRS. Os impostos diretos constituíram 24% das receitas correntes e concorrem para este tipo de receita, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) com 3.771.268 euros, o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Bens (IMT) com 1.084.352 euros e o Imposto Único de Circulação com 1.142.001 euros.



Relativamente ao ano de 2016, constata-se que as receitas correntes tiveram um acréscimo de 905.571 euros (4%), justificado em grande parte pelo aumento verificado nas rubricas de impostos diretos (508.942 euros), das taxas, multas e outras penalidades (104.291 euros) e das transferências correntes (473.314 euros).

As receitas de capital atingiram o montante de 7.794.848 euros, verificando-se um decréscimo relativamente ao ano anterior de 657.628 euros. Tal variação foi motivada essencialmente pela diminuição em 1.817.640 euros verificado na rubrica de Outras transferências de capital e que respeitou à transferência efetuada em 2016 pela empresa Águas do Norte, SA no âmbito do protocolo celebrado entre as partes.

As receitas provenientes do Orçamento do Estado representaram 46% do total das receitas, sendo 10% das outras transferências, 33% de receitas próprias e 11% referente a utilização de empréstimos.

Quadro n.º 7
Evolução das Receitas Brutas Próprias

(Un.: euros)

Designação	2014		2015		2016		2017	
	Valor	Peso %						
Impostos Locais	5.792.085	48,8%	5.810.891	55,7%	5.623.442	46,6%	6.072.219	56,9%
Taxas Multas e Outras Penalidades	1.032.112	8,7%	548.137	5,3%	335.854	2,8%	440.145	4,1%
Rend ^o . Propriedades	1.614.206	13,6%	1.745.317	16,7%	1.569.753	13,0%	1.518.497	14,2%
Venda Bens e Prestação de Serviços	3.276.522	27,6%	1.833.321	17,6%	1.701.707	14,1%	1.630.500	15,3%
Outras Receitas Correntes	96.897	0,8%	474.755	4,6%	82.575	0,7%	84.228	0,8%
Venda de Bens de Investimento	59.050	0,5%	7.591	0,1%	3.618	0,0%	620	0,0%
Outras Receitas de Capital	2.283	0,0%	13.604	0,1%	2.745.044	22,8%	924.657	8,7%
Total das Receitas	11.873.155	100,0%	10.433.615	100,0%	12.061.994	100,0%	10.670.867	100,0%

As receitas próprias, no montante de 10.670.867 euros, decresceram 1.391.127 euros (12%) relativamente ao ano anterior, e representaram 33% do total das receitas. Esta variação negativa está diretamente relacionada com a diminuição verificada na rubrica das Outras Receitas de Capital. As receitas fiscais² atingiram o montante de 6.512.364 euros, registando um aumento de 553.068 euros relativamente ao ano de 2016.

As receitas próprias de funcionamento³, com o montante de 24.672.913 euros, cresceram 4% face ao ano anterior.

² As receitas fiscais são obtidas pelo somatório das rubricas dos impostos diretos, impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades.

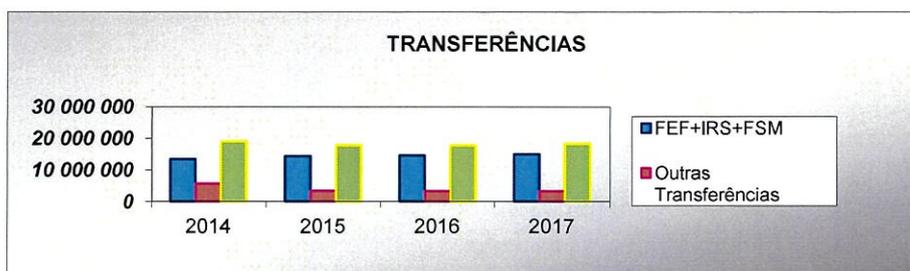
³ As receitas próprias de funcionamento são calculadas pelo somatório das receitas correntes com a venda de bens de investimento.



Quadro n.º 8
Evolução das Transferências

(Un.: euros)

Designação	2014		2015		2016		2017	
	Valor	Peso %						
FEF+IRS+FSM	13.383.626	70,2%	14.389.383	81,2%	14.565.973	81,8%	14.985.102	82,3%
Outras Transferências	5.677.445	29,8%	3.341.056	18,8%	3.235.561	18,2%	3.231.825	17,7%
Total das Receitas	19.061.071	100,0%	17.730.439	100,0%	17.801.534	100,0%	18.216.927	100,0%



As transferências, com o montante de 18.216.927 euros, cresceram 415.393 euros (2%), em relação ao ano anterior, representando as transferências do Orçamento de Estado 82% do seu total.

Em relação às receitas totais, as transferências contribuíram para 56% do seu valor.

Quadro n.º 9
Evolução da Utilização de Empréstimos

(Un.: euros)

Designação	2014	2015	2016	2017
Médio e Longo Prazo	0	500.000	2.355.670	3.576.601
Caixa G. Depósitos	0	500.000	2.355.670	3.166.135
Caixa Agrícola	0	0	0	0
BPI	0	0	0	410.466
Curto Prazo	0	0	0	0
TOTAL	0	500.000	2.355.670	3.576.601

Durante o ano de 2017 e no que se refere à utilização de empréstimos de médio e longos prazos, o Município utilizou o montante de 3.576.601 euros.

15

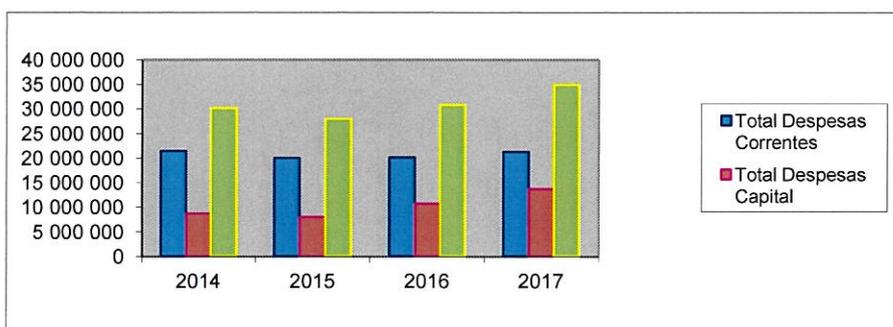


2.2.2 DESPESAS

Quadro n.º 10
Evolução da Despesa por Classificação Económica

(Un.: euros)

Cód.	Designação	2014		2015		2016		2017	
		Valor	Peso %						
01	Pessoal	8.893.365	29,5%	8.444.623	30,2%	8.895.266	28,9%	9.794.423	28,1%
02	Aquisição Bens e Serv. Correntes	9.374.644	31,1%	8.610.164	30,8%	8.279.271	26,9%	8.459.232	24,2%
03	Encargos Correntes Dívida	207.653	0,7%	155.746	0,6%	111.710	0,4%	105.790	0,3%
04	Transferências Correntes	2.155.983	7,2%	2.365.103	8,5%	2.358.860	7,7%	2.163.981	6,2%
06	Outras Despesas Correntes	802.306	2,7%	432.647	1,5%	459.338	1,5%	718.972	2,1%
	Total Despesas Correntes	21.433.951	71,2%	20.008.283	71,5%	20.104.445	65,3%	21.242.398	60,9%
07	Aquisição Bens Investimento	4.434.383	14,7%	4.290.483	15,3%	6.217.337	20,2%	9.730.088	27,9%
08	Transferências Capital	1.902.163	6,3%	1.971.863	7,1%	2.703.259	8,8%	2.483.268	7,1%
09	Activos Financeiros	429.087	1,4%	372.888	1,3%	543.947	1,8%	207.888	0,6%
10	Passivos Financeiros	1.608.720	5,3%	1.264.787	4,5%	1.191.790	3,9%	1.177.722	3,4%
11	Outras Despesas de Capital	304.752	1,0%	58.273	0,2%	21.840	0,1%	60.000	0,2%
	Total Despesas Capital	8.679.105	28,8%	7.958.294	28,5%	10.678.173	34,7%	13.658.965	39,1%
	TOTAL DESPESAS	30.113.055	100,0%	27.966.576	100,0%	30.782.618	100,0%	34.901.363	100,0%



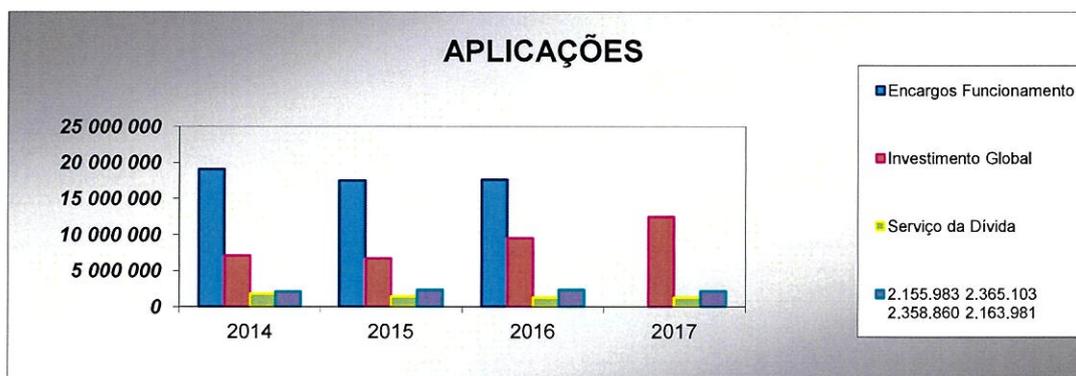
As despesas totais atingiram o montante de 34.901.363 euros, sendo as despesas correntes de 61% e as de capital de 39%. Em relação ao ano 2016, verifica-se um aumento em 4.118.745 euros (13%), motivada, principalmente, pelas rubricas de despesas com o pessoal em 899.157 euros, pela aquisição de bens e serviços em 179.962 euros, pela outras despesas de capital em 259.635 euros e pela aquisição de bens de capital onde regista um aumento de 3.512.750 euros.



Quadro nº. 11
Evolução da Despesa por Agregados Económicos

(Un.: euros)

Designação	2014		2015		2016		2017	
	Valor	Peso %						
Encargos de Funcionamento	19.070.315	63,3%	17.487.434	62,5%	17.633.875	57,3%	18.972.628	54,4%
Pessoal	8.893.365	29,5%	8.444.623	30,2%	8.895.266	28,9%	9.794.423	28,1%
Aquisição Bens e Serv. Correntes	9.374.644	31,1%	8.610.164	30,8%	8.279.271	26,9%	8.459.232	24,2%
Outras Despesas Correntes	802.306	2,7%	432.647	1,5%	459.338	1,5%	718.972	2,1%
Investimento Global	7.070.384	23,5%	6.693.507	23,9%	9.486.383	30,8%	12.481.243	35,8%
Investimento Directo	4.434.383	14,7%	4.290.483	15,3%	6.217.337	20,2%	9.730.088	27,9%
Transferências Capital	1.902.163	6,3%	1.971.863	7,1%	2.703.259	8,8%	2.483.268	7,1%
Outras Despesas de Capital	304.752	1,0%	58.273	0,2%	21.840	0,1%	60.000	0,2%
Activos Financeiros	429.087	1,4%	372.888	1,3%	543.947	1,8%	207.888	0,6%
Serviço da Dívida	1.816.374	6,0%	1.420.533	5,1%	1.303.501	4,2%	1.283.512	3,7%
Juros	207.653	0,7%	155.746	0,6%	111.710	0,4%	105.790	0,3%
Amortização	1.608.720	5,3%	1.264.787	4,5%	1.191.790	3,9%	1.177.722	3,4%
Restantes Despesas Correntes	2.155.983	7,2%	2.365.103	8,5%	2.358.860	7,7%	2.163.981	6,2%
Juntas de Freguesia	379.525	1,3%	422.405	1,5%	413.843	1,3%	407.740	1,2%
Associações Municipais	1.776.458	5,9%	1.942.698	6,9%	1.945.017	6,3%	1.756.240	5,0%
TOTAL DESPESAS	30.113.056	100,0%	27.966.576	100,0%	30.782.618	100,0%	34.901.363	100,0%



2.2.2.1. ENCARGOS DE FUNCIONAMENTO

Os encargos de funcionamento com o montante de 18.972.628 euros aumentaram 1.338.753 euros relativamente ao ano de 2016, e representaram 54% do total das despesas do município.

a. ENCARGOS COM PESSOAL

Os encargos com pessoal, no montante de 9.794.423 euros (28% do total das despesas), cresceram 899.157 euros relativamente ao ano anterior.

17

A 31 de dezembro de 2017 o quadro de pessoal do Município integrava 559 colaboradores, cuja contagem por cargo/ carreira segundo a modalidade de vinculação se apresenta no quadro seguinte.

	Quadro n.º.12					
	Pessoal por cargo/carreira					
	Dirigente	Técnico	Assistente	Assistente		
	Intermédio	Superior	Técnico	Operacional	Informática	TOTAL
Comissão de Serviço	10	0	0	0	0	10
CTFP por tempo indeterminado	0	70	117	292	5	484
CTFP a termo resolutivo certo	0	65	0	0	0	65
CTFP a termo resolutivo incerto	0	0	0	0	0	0
Outra	0	0	0	0	0	0
TOTAL	10	135	117	292	5	559

Reportando a 31 de dezembro, podemos constatar que em termos de género existem 306 colaboradores do sexo feminino e 253 colaboradores do sexo masculino.

Recorreu-se aos trabalhadores inscritos no I.E.F.P através do Programa – Contrato Emprego Inserção, tendo sido obtida uma receita de 79.698 euros.

Importa ainda referir que as receitas obtidas da atual DGESTE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares para as auxiliares de ação educativa foram de 366.863 euros.

O trabalho extraordinário, no montante de 91.753 euros, registou um aumento de 2.731 euros, e deveu-se essencialmente ao serviço de recolha de resíduos sólidos, transportes escolares, apoio na realização de atividades culturais e funcionamento das instalações desportivas.

Em conclusão: o montante global de despesas com o pessoal, efetuado pelo Município ascendeu a 9.794.423 euros, representando 41% do total das receitas correntes do ano anterior.

b. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A aquisição de bens e serviços, com o montante de 8.459.232 euros, cresceu 179.962 euros relativamente ao ano de 2016.

Com o objetivo de melhor explicitar estas despesas, importa individualizar algumas das rubricas da aquisição de bens e serviços.

18



Assim, os transportes escolares consumiram 1.010.308 euros; a iluminação pública consumiu 1.198.218 euros, os seminários, exposições e similares registaram o valor de 1.286.954 euros, as matérias-primas registaram um valor de 262.945 euros, os encargos correntes com as instalações municipais (eletricidade, água, condomínios, etc.) cifraram-se em 932.653 euros, os trabalhos especializados totalizaram 1.074.688 euros; os estudos e consultadoria foram de 223.359 euros; os seguros de viaturas e de outros bens tiveram um encargo de 144.262 euros; as comunicações atingiram o montante de 143.316 euros, os encargos de cobrança de receitas registaram um montante de 151.268 euros e os consumos de secretaria foram de 28.897 euros.

c. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

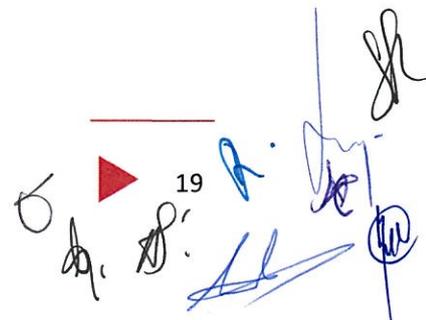
A rubrica Outras Despesas Correntes, com o montante de 718.972 euros, aumentou 259.635 euros em relação ao ano de 2016. Saliente-se, neste agregado, o montante de 108.157 euros em restituições e 267.311 euros em realizações de interesse municipal.

2.2.2.2. INVESTIMENTO GLOBAL

O investimento global foi de 12.481.243 euros, tendo aumentado 2.994.860 euros em relação ao ano de 2016.

a. INVESTIMENTO DIRETO

O investimento direto da Autarquia, no montante de 9.730.088 euros, aumentou 3.512.751 euros relativamente ao ano anterior e a sua desagregação pelas diferentes rubricas está evidenciada no quadro seguinte.



19



Quadro nº.13
Desagregação do Investimento Direto

(un.: euros)

Objectivo	Valor	Peso
Terrenos	1.070.751,17	11,0%
Habitacões	175.864,86	1,8%
Instalações de serviços	194.071,31	2,0%
Instalações desportivas e recreativas	97.203,57	1,0%
Escolas	70.397,47	0,7%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	2.371.900,31	24,4%
Sistemas de Drenagem de Águas Residuais	47.539,95	0,5%
Parques e jardins	233.062,03	2,4%
Iluminação Pública	34.180,10	0,4%
Viação Rural	745.723,89	7,7%
Sinalização e trânsito	20.441,47	0,2%
Outras construções	2.414.919,79	24,8%
Outros edifícios	1.246.612,61	12,8%
Equipamento informático	12.828,71	0,1%
Software informático	48.222,99	0,5%
Equipamento de transporte	43.180,65	0,4%
Equipamento básico	129.846,94	1,3%
Ferramentas e utensílios	230.294,23	2,4%
Investimentos incorpóreos	113.830,60	1,2%
Equipamento administrativo	90.925,69	0,9%
Outras construções e infra-estruturas	147.112,10	1,5%
Outros investimentos	191.177,21	2,0%
TOTAL	9.730.087,65	100,0%

b. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

As transferências de capital para as Juntas de Freguesia, Associações Municipais e Instituições atingiram o montante de 2.483.268 euros, representando um decréscimo de 219.991 euros, em relação ao ano de 2016.

2.2.2.3.SERVIÇO DA DÍVIDA

O serviço da dívida bancária atingiu o montante de 1.283.512 euros, diminuindo 19.989 euros (2%) relativamente ao ano anterior.

O montante global representou 4% do total da despesa e 9% do total recebido com o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e da participação fixa no IRS.

20



2.2.2.4.RESTANTES DESPESAS CORRENTES

As restantes despesas correntes, no montante de 2.163.981 euros, decresceram 194.879 euros, em relação ao ano anterior, sendo que 407.740 euros foram para as Juntas de Freguesia e 1.756.240 euros para Associações.

 21

(Handwritten signatures and initials in blue ink)



2.2.3 DÍVIDA TOTAL

No final do ano 2017 o valor da dívida de operações orçamentais do Município, calculado nos termos do artigo 52º da Lei nº.73/2013, de 3 de setembro, e excluindo a das entidades previstas no artigo 54º, cifra-se em 11 986 577 euros.

Dívida Total - Mês de dezembro de 2017		
Conta	Rubricas Designação	Dívida
Endividamento de Médio e Longo Prazos		9 219 270
23.1.2	Empréstimos obtidos de MLP - Amortizações exigíveis a médio e longo prazo	9 192 801
26.1.3	Fornecedores em Sistema de Locação Financeira de MLP - Amortizações exigíveis a médio e longo prazo	26 469
Endividamento de Curto Prazo		2 767 307
22.1	Fornecedores	417 062
22.8	Fornecedores c/c - Faturas em receção e conferência	131 023
23.1.1	Empréstimos obtidos de MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo	1 569 430
24.3	Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	3 030
26.1.1	Fornecedores de Imobilizado, c/c	455 685
26.1.4	Fornecedores em Sistema de Locação Financeira de MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo	32 017
26.1.8	Fornecedores imobilizado - Faturas em receção e conferência	150 033
26.8.9.8	Outros credores em receção e conferência	4 586
26.8.9.9.9	Restantes Outros Credores	4 442
Subtotal Dívida Município		11 986 577
Contribuição das Entidades Previstas no Art.º 54º para a Dívida do Município		6 130
DÍVIDA TOTAL		11 992 707
LIMITE DÍVIDA TOTAL A 31/12/2017 (nº1 do art.º 52º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro)		37 206 674
LIMITE CORRIGIDO DÍVIDA TOTAL 31/12/2017 (Art.º 52º nº 3 b))		14 503 128
Limite da dívida no início de 2017	(1)	37 206 674
Valor da dívida no início de 2017	(2)	8 827 241
Margem Disponível no início de 2017	(3) = (1)-(2)	28 379 433
Restrição imposta pelo nº 3 da al.b) do art. 52º	(4) = (3)X20%	5 675 887
Limite corrigido da dívida total	(2) + (4)	14 503 128
MARGEM DISPONÍVEL POR UTILIZAR		2 510 421
Índice de limite corrigido à dívida total		0,83

(A)

(B)

(C) = (B)-(A)

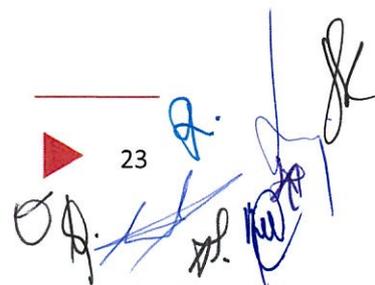
(D) = (A)÷(B)

Handwritten signatures and initials, including a red triangle logo and the number 22.



Na contribuição das Entidades Previstas no artigo 54º da Lei nº.73/2013, de 3 de setembro, apesar de todas as entidades terem sido oficiadas, apenas a ANMP e CIM-TS apresentaram dados, pelo que a margem de endividamento divulgada de 2 510 421 € não considera a eventual dívida de 10 das 12 entidades relevantes para efeitos do limite da dívida do Município.

23





3. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Como nota introdutória a este tema, importa salientar a diferença existente entre a contabilidade orçamental e a contabilidade patrimonial: a primeira é elaborada na ótica de caixa (recebimentos/pagamentos) enquanto a segunda é elaborada na ótica económica (proveitos e custos) ou seja, regista as transações e outros eventos que afetam, além dos fluxos de caixa, a posição e o desempenho financeiro do Município, sendo de destacar nesta ótica o princípio da especialização (ou do acréscimo) segundo o qual os proveitos e custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem.

Em termos gerais aceita-se que, enquanto a contabilidade orçamental mede a capacidade da Organização para maximizar os seus recursos financeiros e para os utilizar eficazmente nas utilidades mais interessantes para os munícipes, a contabilidade patrimonial dá conta, por um lado da eficiência na obtenção e na utilização dos recursos (ótica económica) e por outro do equilíbrio entre os diversos agregados patrimoniais tendo em conta os prazos de liquidez dos ativos e os prazos de exigibilidade dos passivos (ótica financeira).

O resultado do exercício, que no setor público tem uma importância relativa dada a natureza não lucrativa deste setor, quantifica na ótica económica a diferença entre os proveitos e os custos e, somado aos fundos próprios iniciais quantifica na ótica financeira a diferença entre os ativos e os passivos.

A análise que se segue tem por base a demonstração de resultados e o balanço preparados com base nos registos da contabilidade patrimonial.

3.1. Análise Económica

A informação sobre o desempenho económico do Município consta do mapa da demonstração de resultados que junto se anexa.

A referida demonstração de resultados apresenta em 2017 proveitos no valor global de 27.919.743,39 € os quais representam um aumento de 433.765,65 € relativamente ao exercício anterior. Na análise dos proveitos realça-se a rubrica extraordinária que inclui a quantia de 1.019.169,51 € referente a subsídios ao investimento de bens subsidiados que compensam proporcionalmente as amortizações dos mesmos bens em 2017.

No que concerne aos custos, o ano de 2017 registou um valor global de 29.283.054,28 €, onde as verbas mais significativas respeitam aos custos com o pessoal no valor de 9.751.878,74 € e aos fornecimentos e serviços externos no valor de 8.844.715,52 €, rubricas que no conjunto representam 64% dos custos totais.

Na comparação dos custos de 2017 com os do período homólogo de 2016 destaca-se o aumento das rubricas “Fornecimento e serviços externos” (registou um aumento 1.029.177,85 € face a 2016), “Remunerações e Encargos sociais” (aumentou relativamente a 2016 o montante de 878.144,71 €) e “Amortizações do exercício” (que passou de 4.491.481,22 € para 4.797.773,48 €) a qual regista a quota geral anual de depreciação dos bens que compõem o ativo imobilizado do Município.

O resultado apurado no montante negativo de 1.363.310,89 € representa como no início do presente capítulo se referiu a diferença entre os proveitos e os custos e a sua natureza negativa significa que os segundos foram superiores aos primeiros. Nada de estranhar pois trata-se duma situação normal nas fases de investimento das organizações que por vezes perdem durante alguns exercícios durante as quais se torna necessário realizar custos elevados antes que os investimentos produzam o retorno económico que mais tarde os absorverá.

Naturalmente que tal situação terá que ser transitória e sobretudo não pode colocar em risco a solvabilidade da Entidade ou seja a sua capacidade para solver tempestivamente as suas obrigações, e é nesta perspetiva que a análise financeira proporcionada pelo Balanço e que analisaremos de seguida é fundamental.

3.2. Análise Financeira

A informação sobre a posição financeira do Município em 31 de dezembro de 2017 encontra-se refletida no balanço anexo onde são apresentados os ativos, passivos e os fundos próprios nessa data.

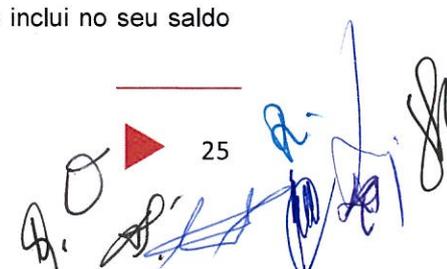
Do lado do ativo, destaca-se o imobilizado do Município cujo valor líquido de 124.273.618,13 € representa 96% do ativo total, rubrica na qual se encontram registados, nomeadamente, os bens detidos pelo Município para uso no fornecimento dos serviços e as infraestruturas.

Na rubrica do Ativo de “Depósitos em instituições financeiras” cumpre referir que está reconhecida a quantia de 398.970,70 € em falta nos cofres do Município por ter sido objeto de um desfalque imputável a um ex-trabalhador da autarquia que deu origem ao processo disciplinar n.º 1/2003 e a uma participação ao Ministério Público. O referido saldo deveria ser constar nas dívidas a receber de terceiros do balanço (com a respetiva provisão) mas aguarda-se por parte do Tribunal de Contas instruções para a respetiva regularização contabilística.

O Passivo do Município em 31/12/2017 ascende a 38.208.372,23 € tendo sofrido um aumento de 3.574.526,11 € relativamente ao exercício de 2016.

No Passivo destaca-se a rubrica de acréscimos e diferimentos que em 2017 ascende a 23.624.747,26 €, superior ao valor de 2016 em 99.041,48 €. Este passivo inclui no seu saldo

25



acumulado a quantia de 21.540.249,15 € referente a subsídios ao investimento atribuídos ao Município a imputar a proveitos de exercícios seguintes.

O restante passivo de 2017 é composto por dívidas a terceiros no valor global de 14.370.248,36 € e provisões para riscos e encargos no valor de 213.376,61 €.

As dívidas a terceiros aumentaram 3.467.957,02 € relativamente a 2016, contribuindo para este aumento, principalmente, as variações ocorridas nas rubricas de empréstimos obtidos e de dívidas a fornecedores.

A rubrica de provisões para riscos e encargos regista as responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável decorrente dos processos judiciais em curso.

Passando à análise do equilíbrio financeiro devemos referir antes de mais que a análise proporcionada por um balanço de gestão é meramente indicativa pois trata-se de um balanço preparado com base nos saldos de 31 de Dezembro e não com base em saldos médios como é exigido para uma análise correta.

Sob o referido pressuposto, é possível verificar no balanço em anexo que a capacidade financeira do Município de Amarante refletida pelos seus fundos próprios é altamente positiva e que os seus ativos disponíveis a curto prazo são suficientes para solver as suas obrigações vencíveis a um ano pelo que, também do ponto de vista financeiro nos encontramos numa posição favorável.

4. PROPOSTA DA APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Nos termos do ponto 2.7.3 - Resultado Líquido do Exercício do POCAL, a aplicação do Resultado Líquido do Exercício é aprovada pelo Órgão Deliberativo mediante proposta fundamentada do Órgão Executivo.

Para cumprimento da referida disposição propõe-se que o resultado líquido negativo de 1.363.310,89 euros apurado no exercício do ano 2017 seja mantido na conta 59 - Resultados Transitados.

5. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DE EXERCÍCIO

Com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2018, foi alterado o artigo 19.º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, através da qual a subscrição do capital social do Fundo de Apoio Municipal foi alterada por redução dos montantes anuais que se encontram por realizar em 31/12/2017 pelos Municípios, cabendo ao Município de Amarante uma redução de 521.722,04 euros. Conforme comunicação recebida em 10/04/2018 do FAM, os ajustamentos nos registos contabilísticos deverão ser realizados no exercício de 2018 pelo que os valores que surgem no balanço de 2017 a título de "Credores das Administrações Públicas - Fundo de Apoio Municipal

26





(FAM)" (curto e médio e longo prazo) de 831.557,54 € são superiores ao devido em 521.722,04 €.



Handwritten signatures and stamps in blue ink, including a red triangle symbol and the number 27.



III. Mapa do Controlo Orçamental da Receita

Em anexo.

IV. Mapa do Controlo Orçamental da Despesa

Em anexo.

V. Execução Anual do plano plurianual de investimentos

Em anexo.

VI. Mapa dos Fluxos de Caixa

Em anexo.

VII. Mapa das Operações de Tesouraria

Em anexo.

VIII. Balanço e Demonstração de Resultados

Em anexo.

IX - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras e demais anexos relativos às contas do exercício de 2017 do Município de Amarante foram efetuados segundo as normas e princípios contabilísticos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e preparadas no pressuposto de continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de Amarante.

A numeração utilizada corresponde à que consta do referido diploma, sendo que os números em falta não se aplicam ou não existe informação a prestar.

1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

Identificação: Município de Amarante

Número de Identificação Fiscal: 501102752

Endereço: Alameda Teixeira de Pascoaes - 4600-011 Amarante

geral@cm-amarante.pt

Regime financeiro: - POCAL – Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro; Decreto-Lei n.º 315/2000 de 2 de dezembro; Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro.

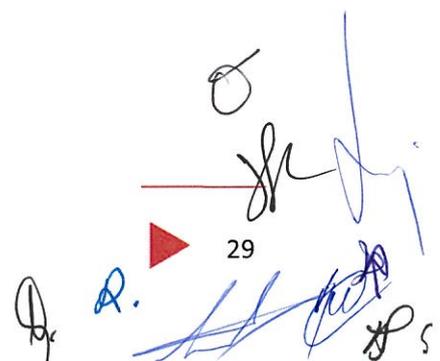
- Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações introduzidas pela retificação n.º 46-B/2013, de 1 de novembro; Lei n.º 82-D/2014, de 31 dezembro; Lei n.º 69/2015, de 16 de julho; Lei n.º 132/2015, de 4 de setembro e Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

1.2 Legislação aplicável na constituição, orgânica e funcionamento:

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Retificação n.º 46-C/2013, de 1 de novembro; Retificação n.º 50-A/2013, 11 de novembro; Lei n.º 25/2015, de 30 de março; Lei n.º 69/2015, de 16 julho e Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

1.3 Estrutura Organizacional Efetiva:

Em 31/12/2017, a estrutura organizacional, e de acordo o Regulamento aprovado em Assembleia Municipal de 18/12/2010 e publicado na IIª Série do D.R. n.º 253 de 31/12/2010, define-se da seguinte forma:

A collection of handwritten signatures in blue ink, some overlapping. A red triangle symbol is present, with the number '29' written next to it.



IX - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras e demais anexos relativos às contas do exercício de 2017 do Município de Amarante foram efetuados segundo as normas e princípios contabilísticos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e preparadas no pressuposto de continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de Amarante.

A numeração utilizada corresponde à que consta do referido diploma, sendo que os números em falta não se aplicam ou não existe informação a prestar.

1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Identificação: Município de Amarante

Número de Identificação Fiscal: 501102752

Endereço: Alameda Teixeira de Pascoaes - 4600-011 Amarante

geral@cm-amarante.pt

Regime financeiro: - POCAL – Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro; Decreto-Lei n.º 315/2000 de 2 de dezembro; Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro.

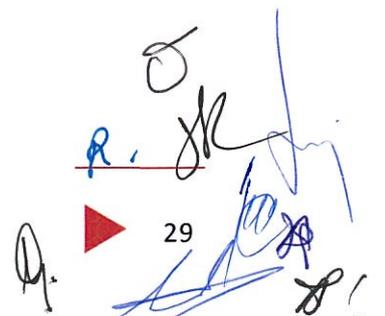
- Lei n.º. 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações introduzidas pela retificação n.º 46-B/2013, de 1 de novembro; Lei n.º 82-D/2014, de 31 dezembro; Lei n.º 69/2015, de 16 de julho; Lei n.º 132/2015, de 4 de setembro e Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

1.2 Legislação aplicável na constituição, orgânica e funcionamento:

Lei n.º.75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Retificação n.º 46-C/2013, de 1 de novembro; Retificação n.º 50-A/2013, 11 de novembro; Lei n.º 25/2015, de 30 de março; Lei n.º 69/2015, de 16 julho e Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

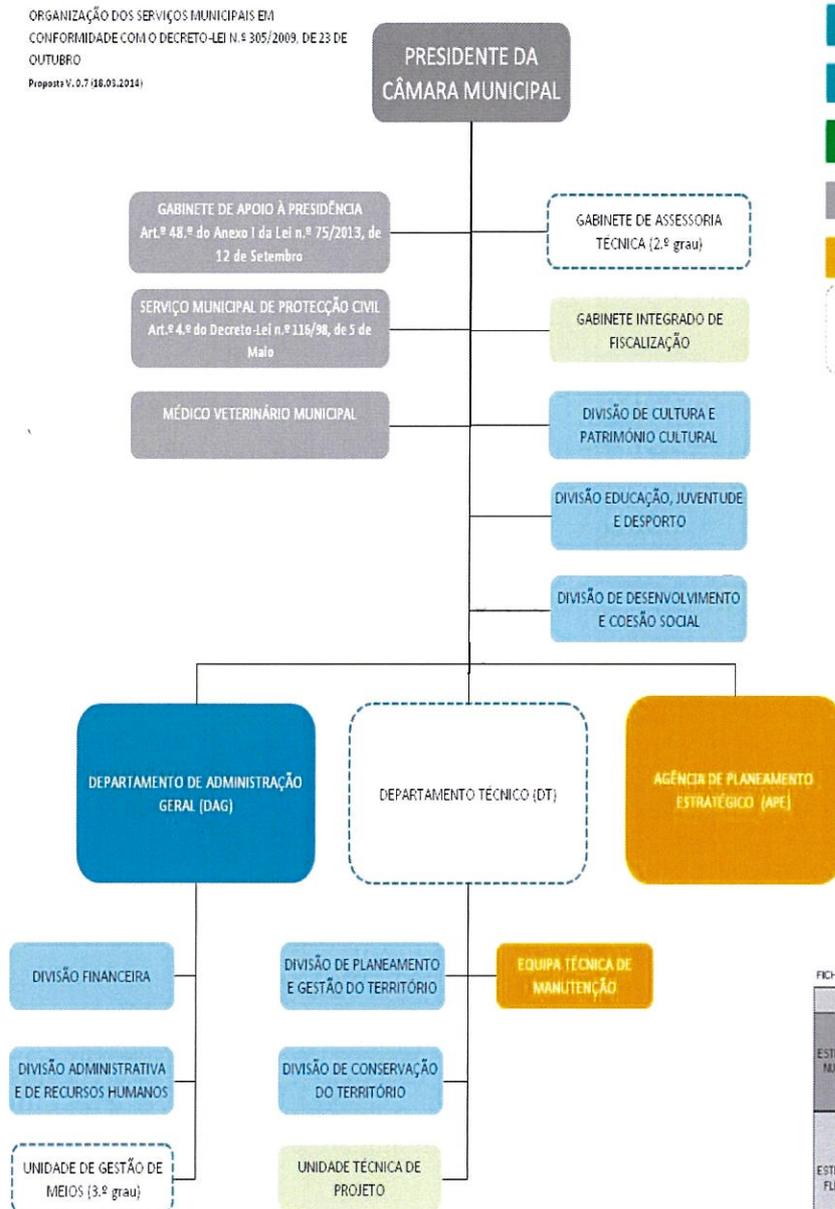
1.3 Estrutura Organizacional Efetiva:

Em 31/12/2017, a estrutura organizacional, e de acordo o Regulamento aprovado em Assembleia Municipal de 29/03/2014 e publicado na IIª Série do D.R. n.º. 89 de 09/05/2014, define-se da seguinte forma:



Handwritten signatures and stamps, including a red triangle logo and the number 29.

ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS EM
CONFORMIDADE COM O DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE
OUTUBRO
Proposta V.0.7 (18.03.2014)



- Unidade Orgânica Flexível - Liderada por Titular de Cargo de Direcção Intermédia de 1.º Grau
- Unidade Orgânica Flexível - Liderada por Titular de Cargo de Direcção Intermédia de 2.º Grau
- Unidade Orgânica Flexível - Liderada por Titular de Cargo de Direcção Intermédia de 3.º Grau
- Serviço enquadrado por legislação específica não subordinada ao RJOSAL
- Equipa Multidisciplinar (equiparação ao estatuto remuneratório de chefe de divisão municipal)
- Unidade orgânica prevista nos termos do n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto - Liderada por Titular de Cargo de Direcção Intermédia de 1.º Grau, cujo provimento não é possível

FICHA

MODELO DE ESTRUTURA MISTA	
ESTRUTURA NUCLEAR	3 UNIDADES ORGÂNICAS NUCLEARES
	0 DIREÇÕES MUNICIPAIS
	2.º DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS
ESTRUTURA FLEXÍVEL	11 UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS
	0.º DIVISÕES MUNICIPAIS
	3.º UNIDADES MUNICIPAIS (DI 3.º Grau)
	2 EQUIPAS MULTIDISCIPLINARES (TDI 2.º grau)
SUBUNIDADES ORGÂNICAS (A DEFINIR)	

* 1 nos termos do mecanismo de flexibilidade previsto no n.º 1 do art.º 21.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

Órgão Deliberativo: Assembleia Municipal

Órgão Executivo: Câmara Municipal

1.4. Descrição sumária das atividades:

Nos termos do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º. 75/2013, de 12 de Setembro, os municípios dispõem de atribuições nos seguintes domínios:

- a) Equipamento rural e urbano;

30

- b) Energia;
- c) Transportes e comunicações;
- d) Educação;
- e) Património, cultura e ciência;
- f) Tempos Livres e Desporto;
- g) Saúde;
- h) Acção Social;
- i) Habitação;
- j) Proteção Civil;
- k) Ambiente e saneamento básico
- l) Defesa do Consumidor
- m) Promoção do desenvolvimento
- n) Ordenamento do território e urbanismo
- o) Polícia Municipal
- p) Cooperação externa

1.5. Recursos Humanos:

Presidente: José Luís Gaspar Jorge

Vereadores:

- i. Octávia Manuel da Rocha e Freitas Morais Clemente
- ii. António Manuel Pinto Ribeiro
- iii. Lucinda Silva Fonseca Moreira
- iv. Raimundo de Magalhães Carvalho
- v. Adriano Teixeira Alves dos Santos
- vi. Nuno Miguel Oliveira Sousa Queirós
- vii. André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães
- viii. Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista

Número de Membros da Assembleia Municipal: 53

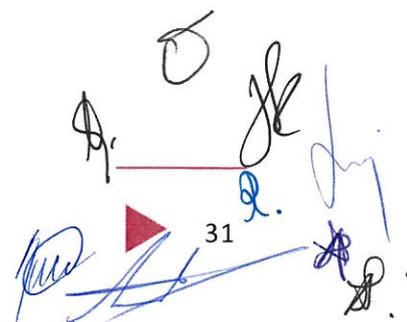
Número de funcionários em 2017/12/31: 559

1.6. Organização Contabilística:

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada.

Os registos e demais procedimentos são efetuados num único sistema integrado, capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios e normas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e obedecem ao Sistema de Controlo Interno aprovado em Reunião do Executivo de 03/09/2001.

Os serviços municipais estão informatizados desde 01/01/1995, respeitando todas as aplicações informáticas o disposto na legislação em vigor e sendo a empresa prestadora do serviço a Medidata, Sistemas de Informática e Engenharia, SA.



Handwritten signatures and a red triangle symbol. The number 31 is visible near the bottom right.



6. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As notas que a seguir se apresentam respeitam a numeração sequencial definida no ponto 8.2 do POCAL, sendo que aquelas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis ou considerou-se não existir informação que justificasse a sua divulgação.

8.2.3 - Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

a) Imobilizações

O activo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, é valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

Quando os elementos do ativo imobilizado têm uma vida útil limitada ficam sujeitos durante esse período a uma amortização sistemática determinada pelo método das quotas constantes, sendo a quota anual de amortização determinada aplicando-se as taxas de amortização definidas no classificador geral definidas no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE)

Nos casos em que os investimentos financeiros, relativamente a cada um dos seus elementos específicos, têm, à data do balanço, um valor inferior ao registado na contabilidade, é contabilizada a respetiva provisão para redução do ativo.

b) Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição.

Quando o custo de aquisição é superior ao preço de mercado ou na data do balanço haja obsolescência, deterioração física parcial, quebra de preços, bem como outros fatores análogos, as diferenças são expressas pela provisão para depreciação de existências.

O método de custeio das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

c) Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a red triangle symbol and the number 32.

Quando existem riscos associados ao recebimento de dívidas de terceiros, são constituídas provisões para cobranças duvidosas. Para efeitos de constituição da provisão para cobranças duvidosas, consideram-se as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

O montante anual acumulado de provisão para cobertura das dívidas referidas no parágrafo anterior é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Não são no entanto consideradas de cobrança duvidosa as dívidas do Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, bem como as cobertas por garantia, seguro ou caução, com exceção da importância correspondente à percentagem de desconto ou descoberto obrigatório.

d) Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

e) Provisões para Riscos e Encargos

As provisões para riscos e encargos apresentadas no Passivo representam responsabilidades relacionadas com despesas a pagar que à data do balanço são de ocorrência provável ou certa, mas incertas quando ao seu valor ou data de ocorrência. Especificamente as que se encontram reconhecidas no balanço relacionam-se com processos judiciais cuja resolução pelos tribunais está em curso.

8.2.6 - Comentário às contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento».

A conta 431 – “Despesas de instalação” não apresenta valores registados e a conta 432 – “Despesas de investigação e de desenvolvimento” contém despesas relativas ao estudo, levantamento e inventariação dos recursos naturais, geológicos, morfológicos e históricos do Município, com vista a obter novos conhecimentos científicos ou técnicos, tais como Cartografias, Planos de pormenor e estudos geológicos.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a red triangle symbol and the number 33, located at the bottom right of the page.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

ATIVO BRUTO						
(un.: euros)						
Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
De bens de domínio público:						
Terrenos e recursos naturais	1.023.247,48		590.541,18		0,00	1.613.788,66
Edifícios						
Outras construções e infra-estruturas	60.994.101,87		2.422.682,16		49.387,69	63.367.396,34
Bens do património histórico, artístico e cultural	146.000,00		0,00		0,00	146.000,00
Outros bens de domínio público						
Imobilizações em curso	404.467,61		3.392.588,25		1.640.347,32	2.156.708,54
Adiant. por conta de bens de domínio público						
	62.567.816,96	0,00	6.405.811,59	0,00	1.689.735,01	67.283.893,54
De imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação						
Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.404.127,69		432.429,10		41.205,00	1.795.351,79
Propriedade industrial e outros direitos	840.242,85		132.429,00		602.813,50	369.858,35
Outras imobilizações incorpóreas						
Imobilizações em curso	153.458,40		147.009,60		176.361,00	124.107,00
Adiant. por conta de imobilizações incorpóreas						
	2.397.828,94	0,00	711.867,70	0,00	820.379,50	2.289.317,14
De imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	14.152.304,56		143.065,91		0,00	14.295.370,47
Edifícios e outras construções	75.414.357,12		254.751,04		0,00	75.669.108,16
Equipamento básico	4.166.183,37		27.841,57		638,32	4.193.386,62
Equipamento de transporte	2.456.330,06		0,00		0,00	2.456.330,06
Ferramentas e utensílios	269.570,60		235.204,63		0,00	504.775,23
Equipamento administrativo	1.019.397,58		88.558,35		1.442,18	1.106.513,75
Taras e vasilhame						
Outras imobilizações corpóreas	3.720.109,98		242.560,64		25.900,00	3.936.770,62
Imobilizações em curso	1.717.709,35		5.601.541,16		1.714.180,76	5.605.069,75
Adiant. por conta de imobilizações corpóreas						
	102.915.962,62	0,00	6.593.523,30	0,00	1.742.161,26	107.767.324,66
De investimentos financeiros						
Partes de capital	3.386.188,66		0,00		0,00	3.386.188,66
Obrigações e títulos de participação	1.455.222,54		0,00		0,00	1.455.222,54
Investimentos em imóveis:	604.543,68		0,00		0,00	604.543,68
Outras aplicações financeiras:						
Depósitos em instituições financeiras						
Títulos da dívida pública						
Outros títulos						
Imobilizações em curso						
Adiant. por conta de investimentos financeiros						
	5.445.954,88	0,00	0,00	0,00	0,00	5.445.954,88

34

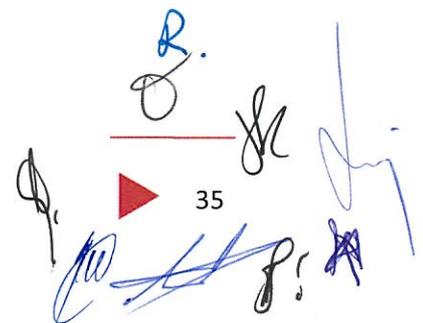
AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES				
(un.: euros)				
Designação	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras construções e infra-estruturas	25.686.572,21	3.047.502,04	356,89	28.733.717,36
Bens do património histórico, artístico e cultural				
Outros bens de domínio público				
	25.686.572,21	3.047.502,04	356,89	28.733.717,36
De imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação				
Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.280.770,03	126.324,86	19.457,94	1.387.636,95
Propriedade industrial e outros direitos	687.534,78	103.265,51	599.853,12	190.947,17
Outras imobilizações incorpóreas				
	1.968.304,81	229.590,37	619.311,06	1.578.584,12
De imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	16.008.055,92	1.199.215,07	0,00	17.207.270,99
Equipamento básico	3.647.258,88	168.849,15	638,52	3.815.469,51
Equipamento de transporte	2.060.370,76	94.073,86	0,00	2.154.444,62
Ferramentas e utensílios	229.103,13	14.584,00	0,00	243.687,13
Equipamento administrativo	803.325,89	71.421,47	1.442,18	873.305,18
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	2.349.654,86	335.259,91	0,00	2.684.914,77
	25.097.769,44	1.883.403,46	2.080,70	26.979.092,20
De investimentos financeiros				
Partes de capital	1.040.679,37	26.135,60	0,00	1.066.814,97
Obrigações e títulos de participação				
Investimentos em imóveis:	87.865,44	6.119,64	0,00	93.985,08
Outras aplicações financeiras:				
Depósitos em instituições financeiras				
Títulos da dívida pública				
Outros títulos				
	1.128.544,81	32.255,24	0,00	1.160.800,05

8.2.8 – Detalhe dos bens incluídos nos mapas atrás referidos.

O detalhe dos bens incluídos nos mapas da nota anterior pode ser encontrado no anexo “XY – Mapa de bens do Município” incluído nos documentos de prestação de contas.

8.2.12 – Divulgações sobre imobilizações corpóreas e em curso:

Imobilizações em poder de terceiros:



 35

N.º INV.	DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR PATRIMONIAL	SITUAÇÃO DO BEM
7	ESCOLA PRIMARIA DA BOUCA-CANADELO	59.356,95	CED
786	ESCOLA PRIMARIA DE ESTREMADOURO - LOUREDO	59.356,95	CED
796	ESCOLA PRIMARIA DE BUSTELO DE CIMA - BUSTELO	59.356,95	CED
805	ESCOLA PRIMARIA DA BOAVISTA - GATAO	59.356,95	CED
808	JARDIM DE INFANCIA DA MADALENA	53.870,17	CED
811	ESCOLA PRIMARIA DA TORRE - OLO	59.356,95	CED
842	ESCOLA PRIMARIA DA FEITORIA - MADALENA	59.356,95	CED
1147	ESCOLA PRIMARIA DE CARVALHO DE REI	31.424,27	CED
2154	FRACCAO "AB" EDIF. SALTO - S. GONCALO	73.024,01	CED
2155	FRACCAO "AC" EDIF. SALTO - S. GONCALO	73.024,01	CED
2212	CENTRO CULTURAL DE AMARANTE-ANTIGA CADEIA DA COMARCA	53.870,18	CED
2216	CASA DA JUVENTUDE - CEPELOS	26.186,89	CED
2217	ESCOLA PRIMARIA DE MANHUFE 1 - MANCELOS	109.286,62	CED
2238	QUINTA DAS FONTAINHAS DE BAIXO - FRIDAO	199.519,16	CED
2498	TERRENO, "QUINTA DE VINHAIS"	49.630,39	CED
2603	TERRENO NA BAZEIRA	17.058,89	CED
2617	ESCOLA PRIMARIA DO OUTEIRO - CARNEIRO	66.340,12	CED
2618	ESCOLA PRIMARIA DA SERRA - CHAPA	30.725,95	CED
2622	ESCOLA PRIMARIA DA IGREJA - VILA GARCIA	57.611,16	CED
2623	ESCOLA PRIMARIA DE S. VICENCIO - VARZEA	59.356,95	CED
2624	ESCOLA PRIMARIA DA FONTE - TRAVANCA	76.116,56	CED
3506	TERRRENO DO NOVO PARQUE DE CAMPISMO	15.971,15	CED
3507	PARQUE DE CAMPISMO	148.468,37	CED
3968	ESCOLA PRIMARIA DO ASSENTO - GATAO	78.909,83	CED
4870	ESCOLA PRIMARIA DO PACO - VILA CHA DO MARAO	82.750,57	CED
4873	TERRENO DA ESCOLA PRIMARIA DO ALTO DA LIXA - FREIXO DE CIMA	43.131,05	CED
4874	ESCOLA PRIMARIA DO ALTO DA LIXA	78.909,83	CED
5036	ESCOLA PRIMARIA DE MURGIDO - CANDEMIL	99.859,34	CED
5058	ESCOLA PRIMARIA DE SUBACELO/ FREIXO DE BAIXO	103.700,08	CED
9631	ESCOLA PRIMARIA DA PORTELA-ABOIM	55.865,36	CED
9633	ESCOLA PRIMARIA DE CHEDAS-GONDAR	76.465,72	CED
9635	ESCOLA PRIMARIA DE OVELHINHA-GONDAR	57.611,16	CED
9832	ESCOLA PRIMARIA DA ESTRADINHA - TELOES	83.448,89	CED
9833	ESCOLA PRIMARIA DO PENEDO - TELOES	59.356,95	CED
11898	ESCOLA PRIMARIA DA POVOA - ANSIAES	59.356,95	CED
11902	ESCOLA PRIMARIA DE TRAVANCA DO MONTE - BUSTELO	27.932,68	CED
11915	ESCOLA PRIMARIA DO ASSENTO - FIGUEIRO SANTIAGO	66.340,12	CED
11930	ESCOLA PRIMARIA FORNOS - JAZENTE	120.459,69	CED
11936	ESCOLA PRIMARIA DE BOAVISTA N.1-MANCELOS	44.692,29	CED
11949	ESCOLA PRIMARIA DE ALDEIA VELHA - GOUVEIA (S. SIMAO)	33.519,22	CED
11956	ESCOLA PRIMARIA DE CAMPO VILAR - SANCHE	37.709,12	CED
11957	ESCOLA PRIMARIA DE LAMACEIRO - TELOES	36.312,49	CED
11959	ESCOLA PRIMARIA DE TODEIA - TELOES	59.356,95	CED
11978	ESCOLA PRIMARIA DE RIBEIRA - VILA CHA	67.038,44	CED
12025	CASA ABRIGO DO PARQUE DE CAMPISMO VELHO	9.975,96	CED

36

12139	TERRENO LOTE N.1 DA BOUCA DO POMBAL - S. GONCALO	42.781,90	CED
12140	TERRENO LOTE N.2 DO ALVARA DE LOT. N.12/91	23.792,66	CED
12142	TERRENO LOTE N.8 DA ZONA INDUSTRIAL DE AMARANTE	465,78	CED
12143	TERRENO LOTE N.7 DA ZONA INDUSTRIAL DE AMARANTE - TELOES	466,83	CED
12146	TERRENO LOTE N.4 DO ALVARA DE LOT. N.12/91 - TELOES	49.879,79	CED
12147	TERRENO LOTE N.5 DA ZONA INDUSTRIAL DE AMARANTE - TELOES	477,65	CED
12149	TERRENO LOTE N.1 DA ZONA INDUSTRIAL DE AMARANTE - TELOES	1.892,44	CED
12246	TERRENO LOTE N.2 DA BOUCA DO POMBAL CEDIDO A CERCIMARANTE - S. GONCALO	69.831,71	CED
12247	TERRENO COM 1960M2 NO LUGAR DE OUTEIRO - LOUREDO	1.247,00	CED
12266	TERRENO COM 1310M2 NO LUGAR DE OUTEIRO - LOUREDO	1.247,00	CED
12280	TERRENO COM A AREA DE 2290M2 SITO NO LUGAR DE OUTEIRO - LOUREDO	1.713,37	CED
12281	TERRENO COM A AREA DE 1110M2 SITO NO LUGAR DA BOUCA DA CRUZ - LOUREDO	1.354,24	CED
12285	TERRENO LOTE N.1 DO ALVARA DE LOT.12/91 - TELOES	21.697,71	CED
14619	ANTIGA ADEGA COOPERATIVA	471.364,01	CED
15820	TERRENO LOTE N. 3 DO ALVARA DE LOTEAMENTO N.12/91	34.766,21	CED
17871	TERRENO LOTE N.3 DA BOUCA DO POMBAL	46.590,22	CED
17872	TERRENO LOTE N.4 DA BOUCA DO POMBAL	48.034,24	CED
17873	TERRENO LOTE N.5 DA BOUCA DO POMBAL	42.781,90	CED
21733	FRACÇÃO H DA CHENTUADA N. POLICIA 8	12.828,63	CED
21739	FRACÇÃO G DA CHENTUADA N. POLICIA 9	8.017,90	CED
21803	FRACÇÃO B DA BOUÇA DO POMBAL	73.686,99	CED
21804	FRACÇÃO I DA BOUÇA DO POMBAL	73.639,27	CED
21805	FRACÇÃO P DA BOUÇA DO POMBAL	104.469,44	CED
26962	POLIDESPORTIVO DE ATAÍDE	72.572,18	CED
27733	TERRENO - PARCELA DO LOTEAMENTO 23/98 - GONDAR	63.810,00	CED
30364	TERRENO LOTE N.1 DA BOUÇA DO POMBAL	51.013,47	CED
30731	TERRENO RUSTICO NO LUGAR DA LAMA - TELÕES	293.070,07	CED
30733	TERRENO RUSTICO NO LUGAR DA LAMA - TELÕES	11.714,23	CED
30735	TERRENO RUSTICO NO LUGAR DA LAMA - TELÕES	3.126,04	CED
30737	TERRENO RUSTICO NO LUGAR DA LAMA - TELÕES	17.089,66	CED
30791	CENTRO INTERPRETATIVO E CULTURAL DO MARÃO - ABOADELA	9.975,96	CED
33319	TERRENO RUSTICO DENOMIN.BOUÇA NOVA OU BOUÇA DA PEREIRA-TELÕES	25.158,52	CED
33321	TERRENO RUSTICO DENOM.LEIRA DA COMPRA DE FORA-TELÕES	39.292,52	CED
33322	TERRENO RUSTICO DENOM.LEIRA DA COMPRA DE DENTRO-TELÕES	35.548,96	CED
35900	POLIDESPORTIVO DE RASCÕES - CEPELOS	59.375,61	CED
39480	TERRENO DE ACESSO AO QUARTEL DOS BOMBEIROS DE VILA MEÃ	73.395,00	CED
39805	POLIDESPORTIVO DE PIDRE - MANCELOS	50.814,02	CED
46663	TERRENO RUSTICO DENOMINADO CAMPO DO QUINCHOSO	22.445,91	CED

R. 
 37 




8.2.13 - Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.

Nº Contrato	Designação	Entidade Locadora	Datas do Contrato		Nº de Rendas		Valor de aquisição do bem c/ IVA	Valor Residual	Capital em dívida a 31 de dezembro de 2017
			Início	Fim	Pagas	Em falta			
100065371	Autocarro CAETANO OPTIMO SEVEN25, branco, matricula 49-OH-40	Caixa Leasing Factoring	20-02-2014	20-02-2017	12	0	105.662,74	2.113,25	0,00
100087544	Miniautocarro de passageiros Mercedes Benz 519 CDI Chassis Matricula: 21-RB-00	Caixa Leasing Factoring	20-10-2016	20-07-2019	5	7	98.154,00	1.963,08	58.486,04
TOTAL									

8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

Bem	Justificação da não valorização
Edifício do Solar dos Magalhães	Avançado estado de degradação e desconhecimento do seu custo de aquisição
Bens classificados como: "Obras de arte; móveis antigos; coleções e antiguidades"	Dificuldade de avaliação dada a natureza subjetiva dos bens

De referir também que os bens de domínio público considerados nas demonstrações financeiras não incluem os resultantes de empreitadas e aquisições de terrenos anteriores a 2003 por não ter sido possível ainda terminar o respetivo trabalho de inventariação.

8.2.15 - Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Não são sujeitos ao regime de amortizações os terrenos incluídos nos bens de domínio público, em conformidade com as instruções regulamentadoras do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

8.2.16 - Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício.

Entidade	Sede	Parcela detida	Capitais próprios em 31/12/2017 (Euros)	Resultado Líquido do Exercício 2017 (Euros)
Agência Desenvolvimento Regional Entre Douro e Tâmega	Amarante	9,10%	306.358,84 *	-3.117,49 *
Águas do Douro e Paiva, S.A.	Porto	2,99%	33.506.599,07	1.437.093,29
Águas do Norte	Vila Real	1,60%	247.542.538,00	8.431.830,00
Associação de Municípios do Baixo Tâmega	Amarante	33,33%	432.606,92 *	-15.815,63 *
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Coimbra	---	2.181.596,11	177.431,17
Carnagri - Matadouro Regional Vale do Sousa e Baixo Tâmega	Penafiel	2,10%	5.678.277,13 *	-117.277,09 *
Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	Penafiel	9,09%	1.072.046,52 *	146.346,69 *
Dolmen, CRL	Marco de Canavezes	0,71%	455.173,83	262,32
Ensino Profissional do Entre Douro e Tâmega, S.A.	Amarante	45,00%	400.390,81 **	-269.274,86 *
Instituto Empresarial do Tâmega	Amarante	49,33%	296.262,34 *	-140.004,76 *
Parques do EDT	Amarante	5,00%	4.772.417,46 *	37.768,20 *
Resinorte, S.A.	Celorico de Basto	3,06%	45.354.046,00	1.049.217,00
Turismo do Porto e Norte de Portugal	Viana do Castelo	---	6.379.633,81	820.472,13

* Até à data não foram aprovadas as contas referentes ao ano económico de 2017. Os valores aqui reportados dizem respeito ao exercício económico de 2016.

** O valor dos capitais próprios e resultado líquido do exercício divulgados para a participada Ensino Profissional do Entre Douro e Tâmega reportam-se ao exercício económico de 2013, último ano em que a entidade prestou contas.

8.2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

Em 31 de Dezembro de 2017 existem dívidas de cobrança duvidosa no montante de 717.286,13 euros apresentadas na rubrica do Balanço de clientes de cobrança duvidosa.

39

8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança.

Designação das contas	Saldo da Gerência anterior		Saldo para a gerência seguinte	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e cauções		2.036.946,02		2.053.790,28
Recibos para cobrança		721.049,98		717.286,13

8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas com explicitação dos movimentos ocorridos no exercício.

Código das Contas	Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas	721 049,98		3.763,85	717.286,13
292	Provisões para riscos e encargos	205 849,00	7.527,61		213.376,61
39	Provisões para depreciação de existências	5 271,82	10.614,13		15.885,95
49	Provisões para investimentos financeiros	1 040 679,37	26.135,60		1.066.814,97

8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.

Rubricas	Saldo em 31-12-2016	Aplicação do RL 2016	RL 2017	Amort. Acum. Exerc. Ant.	Reconhecim. Subsídios	Outras Variações	Saldo em 31-12-2017
Património	89.169.652,82					23.065,91	89.192.718,73
Reservas							
Reservas Legais	2.565.827,08						2.565.827,08
Subsídios	1.830.321,24						1.830.321,24
Doações	2.065.136,10						2.065.136,10
Resultados Transitados	-1.004.929,20	40.274,23		-239.839,94		-1.241.195,15	-2.445.690,06
Total	94.626.008,04	40.274,23	0,00	-239.839,94	0,00	-1.218.129,24	93.208.313,09
Resultado Liq. Exercício	40.274,23	-40.274,23	-1.363.310,89				-1.363.310,89
Total dos Fundos Próprios	94.666.282,27	0,00	-1.363.310,89	-239.839,94	0,00	-1.218.129,24	91.845.002,20

A conta 51 foi movimentada em 2017 pela integração no património de dois terrenos pertencentes ao Município.

A conta 59 foi movimentada em 2017 pela aplicação do resultado liquido do exercício de 2016 e por diversas regularizações não frequentes e de grande significado que não devem afetar o

40



resultado líquido de 2017. De referir a existência de diversas regularizações que decorreram dos trabalhos já efetuados com vista à transição do POCAL para o Sistema de Normalização Contabilística das Administrações Públicas (SNC-AP), a entrar em vigor no exercício de 2019.

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	43 331,06
Compras	955 419,08
Existências finais	34 571,42
Custos no exercício	964 178,72

8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros:

Cód. Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Cód. Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
681	Juros suportados	124.495,73	111.582,39	781	Juros obtidos	11.005,57	4.001,62
683	Amortizações de investimentos em imóveis	6.119,64	6.063,53	782	Ganhos em entidades participadas	29.032,47	76.444,75
684	Provisões para apl. Financeiras	26.135,60	28.353,40	783	Rendimentos de imóveis	1.728.332,72	1.769.705,93
688	Outros custos e perdas financeiros	10.360,62	9.463,62	784	Rendimentos de participações de capital	1.177,45	0,00
	Resultados Financeiros	1.602.436,62	1.694.689,36				
	TOTAL	1.769.548,21	1.850.152,30			1.769.548,21	1.850.152,30

8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários

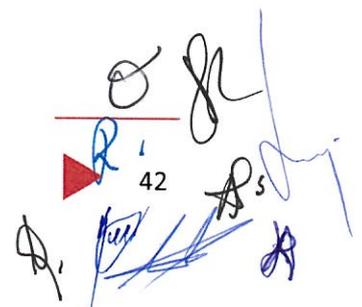
Cód. Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Cód. Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
691	Transferências de capital concedidas	2.483.267,50	2.703.258,69	791	Restituições de impostos	13.735,24	198.559,97
692	Dívidas incobráveis	2.450,62	0,00	792	Recuperação de dívidas	3.763,85	0,00
693	Perdas em existências	440,11	1.308,62	793	Ganhos em existências	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	9.549,15	21.465,21	794	Ganhos em imobilizações	20.077,94	5.645,91
695	Multas e penalidades	0,00	800,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	7.723,52	19.705,34
697	Correções relativas a exercícios anteriores	20.141,84	0,00	797	Correções relativas a exercícios anteriores	8.008,04	111.883,85
698	Outros custos e perdas extraordinários	29.365,08	15.941,41	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.141.149,51	1.964.164,45
	Resultados Extraordinários	-350.756,20	-442.814,41				
	TOTAL	2.194.458,10	2.299.959,52			2.194.458,10	2.299.959,52

41



7. NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPETIVA EXECUÇÃO

- 3.1.1. Modificações do Orçamento – Em anexo
- 3.1.2. Modificações do Orçamento – Receita – Em anexo
- 3.1.3. Modificações do Orçamento – Despesa – Em anexo
- 3.1.4. Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos – Em anexo
- 3.2. Contratação Administrativa – Em anexo
- 3.3. Transferências
 - 3.3.1. Transferências Correntes – Despesa – Em anexo
 - 3.3.2. Transferências de Capital – Despesa – Em anexo
 - 3.3.3. Transferências Correntes – Receita – Em anexo
 - 3.3.4. Transferências de Capital – Receita – Em anexo
- 3.4. Mapa de Empréstimos – Em anexo
- 3.5. Outras Dividas a Terceiros – Em anexo
- X. Mapa de Bens do Município – Em anexo



Handwritten signatures and stamps in blue ink, including a red triangle logo and the number 42.



XI. DECLARAÇÕES DO ARTIGO 15º DA LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO

Em Anexo

XII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

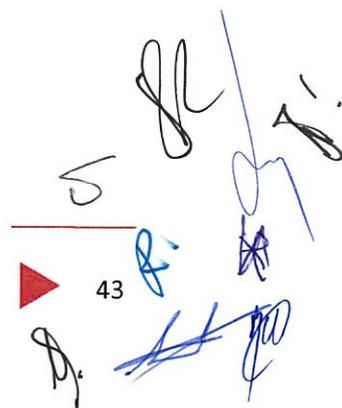
Tendo em conta a análise traçada das atividades, da execução orçamental e da situação patrimonial da Câmara Municipal referente ao ano de 2017, devidamente enquadrada pelas inúmeras limitações financeiras, económicas e técnicas com que se deparou ao longo do ano, bem como ao facto de todos os indicadores legais e obrigatórios terem sido cumpridos e os objetivos a que o Executivo se propôs terem sido globalmente conseguidos, julgo estarem reunidas as condições objetivas para que estes documentos sejam apreciados favoravelmente.

Paços do Município de Amarante, 12 de abril de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA



José Luís Gaspar Jorge



43



<http://www.cm-amarante.pt/>

 44

[Handwritten signatures and scribbles in blue ink]